

BIOGRAFIA E HISTÓRIA. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Didier Musiedlak,

Professor de História Contemporânea

Universidade de Paris X Nanterre

Tradução: Mariana Joffily e Ana Brancher

Na Europa, particularmente na França, a biografia está na moda. O gênero não é novidade. Desde Plutarco, na Antigüidade, a história encarnou-se, com freqüência, no destino da vida de um ‘grande homem’. Em 1903, o sociólogo François Simiand, na *Revue de Synthèse* exortava os historiadores a se livrarem do ‘ídolo biográfico’. Esse gênero foi questionado pela Escola dos Annales, de Lucien Febvre e Marc Bloch, mas também por Claude Levi Strauss e Pierre Bourdieu. Para esse último, a biografia era um gênero destinado a gerar ilusões e a mascarar a realidade, operando falsas reconstruções.¹ A crise da história estrutural, associada principalmente ao abandono do paradigma marxista, renovou o gosto pela biografia, com um interesse marcado pelo ‘vivido’. Essa mudança de orientação manifestou-se nos anos 1980. Entre 1984 e 1999, a biografia teve um crescimento de 66% no seio da produção editorial francesa.²

A escrita da biografia, no entanto, transformou-se consideravelmente. Ela integrou, em seu campo, as ciências sociais, o indivíduo anônimo, poderoso ou não, considerado como um modelo, incorporando, em seu seio, as representações de toda uma sociedade. Fala-se em biografia social ou modal expondo, por exemplo, um tipo de comportamento, de crenças. Apesar dessa nova dimensão, a escrita da biografia continua a apresentar problemas. Como o lembra François Dosse, a biografia continua a ser um gênero híbrido, impuro, premido entre a necessidade de restituir um vivido real e passado, que seria ordenado segundo as regras da *Mimesis*, e a preocupação do biógrafo de dar livre curso ao seu imaginário. Dessa divisão decorre uma tensão constante entre as exigências da dimensão histórica e o domínio da ficção, o que expõe aquele que aceita fazê-lo a um desequilíbrio.

É exatamente essa a questão que nos propomos a discutir aqui. Esse artigo não tem por ambição resolver os delicados problemas colocados por esta alquimia, mas destacar certos obstáculos metodológicos que tornam difícil o trabalho do biógrafo, fazendo com que seja necessário ‘desconstruir’ do objeto estudado.

OS OBSTÁCULOS METODOLÓGICOS

Apesar da vontade claramente exposta pelos historiadores de manter uma certa distância em relação ao objeto biográfico escolhido, certos riscos permanecem muito presentes. O equilíbrio a manter entre o destino singular e a totalidade que constitui o seu entorno é amiúde rompido.

O personagem é, assim, freqüentemente associado a um ideal político ou a um certo tipo de trajetória social. O método racional deixa pouco espaço ao ‘vivido’ individualizado, que deveria, em tese, ser reproduzido dentro da e pela totalidade trazida pela época. Reencontra-se, neste rumo, certos aspectos da tradição historicista italiana e alemã na qual o homem ocupava uma posição ético moral, a serviço da realização de uma idéia, da qual é o portador. Assim era Bismarck, fundador da unidade nacional alemã, mas principalmente o artesão da grandeza da Prússia, bem como Frederico II. Num registro idêntico, os reis da França, Felipe o Belo, ou Luís XIV confundiam-se com a construção da monarquia absolutista.

Dentro desse mesmo registro da biografia caracterizada pelo enfraquecimento do vivido, inscreve-se tudo o que leva à definição do patrimônio e da memória nacionais. O personagem em questão adquire todo o seu sentido numa linhagem e numa temporalidade que não é mais a sua, mas a da nação que o viu nascer. É o caso de Joana D’Arc, figura emblemática do sentimento nacional francês, incorporada ao patrimônio da República, mas que é, hoje em dia, instrumentalizada pela extrema direita. Essa apropriação pela memória coletiva atinge, igualmente, Jean Moulin, o herói da Resistência, integrado ao *Panthéon* em 1964. Trata-se, cada um a seu modo, de verdadeiros ícones, de figuras santas, que contam a história da França e de seus mitos. O risco consiste, evidentemente, em cair na hagiografia e construir para esses personagens simbólicos uma história fictícia que diz respeito apenas ao imaginário coletivo. A abstração atinge particularmente essas personalidades, especialmente quando ignora-se praticamente tudo de sua vida, como é o caso de Joana D’Arc. Mesmo no caso de Jean Moulin, cuja vida é mais conhecida, ele não é, apesar disso, poupadão por essa forma de desencarnação de si mesmo em proveito de uma construção da memória nacional da Resistência. Lembremos que na época, e para seus contemporâneos, o homem Jean Moulin era praticamente desconhecido, tanto do ponto de vista de sua missão como das circunstâncias de sua ação.³

Na extremidade oposta, a escrita da biografia dos ditadores (Stálin, Hitler, Mussolini), coloca, igualmente, a questão da apropriação de seu vivido em razão da importância de sua cultura criminosa. O risco, ao escrever sua história pessoal e cotidiana, é de banalizar o crime que eles representam no seio da memória coletiva.

Nesse caso, o historiador deve proceder a um exame rigoroso dos elementos constitutivos da esfera pública e privada. Segundo Ian Kershaw, autor da última grande biografia de Hitler, conceder qualquer importância à vida privada do ditador seria um exercício vão, pois ele não a possuía. É claro que Hitler podia divertir-se em seus passeios, ou ao brincar com o seu cachorro. Mas, globalmente, a vida de Hitler resumia-se “à de uma ‘não-pessoa’, de um homem que não possui, por assim dizer, uma vida privada ou uma história para além daquela dos eventos políticos nos quais estava envolvido [...]”.⁴ Um tal método, forjado pelo próprio objeto, permitia assim ao biógrafo de se precaver de toda suspeita em matéria de compaixão ou de empatia, que pudesse sugerir a descrição de seus momentos de intimidade, com o risco de reduzir, ao mesmo tempo, sua dimensão criminosa.

O grande historiador Renzo De Felice, já falecido, ao começar a sua biografia monumental de Mussolini em 1965 adotou a mesma perspectiva. Ele também proibiu-se de invocar o Mussolini privado.⁵ Tratava-se, antes de tudo, de restituir a figura de Mussolini como chefe do fascismo, em simbiose com a história da própria Itália.

Para esses ditadores, esses dois historiadores tomaram o partido de renunciar à evocação de sua vida privada. Para Ian Kershaw, Hitler conseguira privatizar a esfera pública tornando, de todo modo, impossível toda tentativa de estabelecer uma delimitação qualquer. Para Renzo de Felice, a vida privada de Mussolini pouco importava, uma vez que este havia decidido torná-la pública politizando-a. A partir de então, abria-se uma única via: a da exclusão.

Além dessa questão do estatuto do vivido da vida dos ditadores, o historiador dos regimes autoritários está exposto a um outro risco, o de assumir o papel de pedagogo da nação, ao tentar reduzir a amplitude de seus crimes. Ora, seja qual for a sua natureza, as condições de aceitação do passado de uma nação não são negociáveis. Como gostava de repetir o grande historiador alemão Reinhart Koselleck, recentemente falecido, a história de uma nação pode ser comparada ao rosto de um homem que, ao chegar ao fim de sua vida, possui rugas e cicatrizes. Ela só pode ser tomada em sua totalidade, sem possibilidade de retoques.

O exemplo mais emblemático nesse campo é fornecido pelo filósofo historiador Ernst Nolte.⁶ Nascido em 1923, era um discípulo de Martin Heidegger. Antes de seu posicionamento diante da querela dos historiadores em 1986, havia se distinguido, em 1973, por uma obra: *A Alemanha e a Guerra Fria*. Ele estabelecia comparações inesperadas: em seu livro lia-se, por exemplo, que até o fim de 1939, em comparação com a Rússia stalinista, o regime nazista podia ser definido como um “Estado de direito e liberal”. Lia-se, igualmente, que o extermínio dos judeus europeus incorporava-se num processo já iniciado de aniquilamento, com a supres-

são do inimigo de classe representado pelas ações bolcheviques na Rússia. Assim, já naquela época, Nolte utilizava o método da banalização através da comparação. Ele reincide na primavera de 1986, durante um ciclo de conferências públicas, organizado em Frankfurt sobre o tema “um passado que não quer passar”. Ele não participou das conferências, mas publicou um texto que resumia o seu pensamento. De acordo com ele, o passado do III Reich representava uma espada de Dâmocles sobre o presente da Alemanha, em razão do Holocausto. Ora, dizia ele, o Holocausto apenas havia podido ser concebido em razão de seus precedentes: o extermínio de populações pelos bolcheviques. O extermínio de classe dos bolcheviques havia sido, assim, o pressuposto lógico do extermínio de raças dos nazistas. Utilizando uma imagem forte, “a gaiola de ratos” utilizada pela *tcheka* chinesa, depois pelo NKVD soviético para obrigar os prisioneiros a falar, Hitler teria provocado uma guerra de extermínio por medo de ser ele mesmo exterminado.

Mesmo prevenido dessa tentação de aparecer como o preceptor de uma nação, o historiador é obrigado a manter uma certa distância crítica em relação ao objeto biográfico estudado, em função das fontes que muitas vezes foram contaminadas pelo regime, fosse esse democrático ou não, através das memórias e lembranças em particular promovidas pelo próprio chefe e pelos seus próximos, que muito frequentemente possuem o objetivo de fabricar sua imagem para a posteridade.

Muito frequentemente, as biografias e memórias começaram a ser escritas pelos contemporâneos, como ainda é o caso hoje em dia. Vulgatas sobre a vida presumida dos ditadores ou chefes de Estado circularam e foram, em seguida, reproduzidos sem precaução por historiadores ditos cultos, conferindo-lhes, desse modo, o estatuto de uma fonte válida.

Consequentemente, o historiador deve tentar identificar o que diz respeito propriamente ao objeto biográfico estudado, apreender o melhor possível a sua temporalidade, se quiser separar o sujeito de sua história mítica e de seu entorno imaginário. Deve se dedicar a um trabalho de ‘desconstrução’, não porque esse imaginário seja artificial e falso. Ele faz parte da elaboração do mito do personagem e, nesse sentido, deve constituir uma parte essencial da elaboração do percurso biográfico. Mas ele não pode, de nenhum modo, confundir-se com os atos e as práticas em si mesmas da personalidade analisada. Na ausência dessa delimitação, o risco de ver o indivíduo ser engolido pelo seu mito é grande.

A DESCONSTRUÇÃO

Essa desconstrução inicia-se pelo empreendimento da ‘desmitificação’. O imaginário que envolve o personagem em questão torna-se, às vezes, mais

importante do que sua própria personalidade. Desmitificar é a condição necessária para retomar o vivido do personagem e restituir a maneira pela qual esse imaginário foi construído, a partir de uma situação singular. Foi nesse empreendimento que me lancei ao analisar como o imaginário forjado em torno do Duce havia acabado por constituir um amálgama com sua vida, ao ponto de usurpar sua identidade real.⁷

Desde os anos 1930, alguns observadores já estavam convencidos de que o imaginário formado em torno de Mussolini é mais importante do que o próprio personagem.⁸ É preciso lembrar que durante mais de vinte anos Mussolini contribuiu não apenas a propagar o seu mito, mas a reescrever a sua própria história pessoal.

Assim foi em relação à sua família e aos seus anos de juventude.

Quando era socialista, aos 28 anos, na prisão, em 1911/1912, ele oferece uma primeira narrativa de sua vida, mostrando que era originário de uma família camponesa da România, muito pobre, e que já aos 4 anos havia tomado consciência de que possuía uma vocação de rebelde. Em 1922, segundo momento de sua elaboração, ele publica na Europa suas Memórias, que são igualmente difundidas nos Estados Unidos. Ele não se apresenta mais como um filho de pobres, mas como o descendente de uma grande linhagem patrícia, de uma família da Bolonha. Ele está no poder desde 1922 e precisa legitimar-se. Terceiro momento, em 1931, na ocasião da morte de seu irmão, Arnaldo, ele decide remanejar o panteão familiar e voltar à pobreza, insistindo novamente sobre sua superioridade natural no seio da família.

Mussolini não se contentou em recompor a história de sua família. Ele constrói uma imagem de si mesmo que o apresentava como um ser onisciente, infalível que, desde a infância, sabia que era predestinado a fazer política. Nesse ponto, encontra-se uma forma de continuidade da narrativa de 1911/1912, já mencionada, até o final. Por várias vezes, ele se descreve como sendo portador de um destino excepcional. Quando é socialista, antes da guerra, ele é ajuizado e lhe concedem, nessa época, o título de Duce. Uma vez soldado, escreve um diário (1915-1917) que é publicado no jornal das Ligas de combate, *Il Popolo d'Italia*, futuro jornal fascista. Nessa época, era apenas cabo. Mas em seu diário, preocupa-se em mostrar que os oficiais vêm gravemente reunir-se em torno dele para recolher suas opiniões sobre a situação, sendo que era um indivíduo perfeitamente desconhecido.

Ao chegar ao poder, em 1922, constrói metódicamente seu mito de Duce, o guia da Itália, nas produções que ajudam à formação de seu imaginário. Como exemplo, sua amante, Margherita Sarfatti, publica, em 1926, uma biografia intitulada DUX, da qual ele escreve o prefácio. Nesse texto ele indica que um homem político possui uma personalidade pública e que sua vida não lhe pertence mais.

O corpo vivo de Mussolini torna-se, assim, o corpo político do Duce, que acaba por englobar toda a Itália. Sua imagem é, portanto, o objeto de um trabalho incessante no espaço e no tempo. No fim dos anos 1930, a imagem do chefe infalível, de essência quase divina, é constituída.

Quais são os problemas que a manipulação e a exploração desse imaginário colocam ao historiador?

Esse imaginário funcionou durante o fascismo como um objeto real, visto que tomou parte na edificação do mito. Ele não pode, portanto, ser descartado e deve ser estudado. Mas, ao mesmo tempo, constitui um obstáculo considerável para apreciar qual era o verdadeiro papel de Mussolini, assim como a sua personalidade.

Certos historiadores, e é o caso de Pierre Milza, que publicou em 1999 uma biografia do ditador, retomaram a narrativa das origens miseráveis de Mussolini, cujo único objetivo era mostrar que ele era do povo, que falava como o povo e que agia pelo povo.⁹ Na realidade, as pesquisas realizadas sobre a sua família mostraram que ele era originário de uma família média da România e que seus pais possuíam, inclusive, um empregado doméstico.

Da mesma maneira, sobre o plano de sua cultura, contrariamente à narrativa mítica, o verdadeiro Mussolini não reproduzia a cultura rural socializante de sua província natal. Sua personalidade política, assim como sua cultura política, foram forjadas quando Mussolini estava fora da Itália, em particular na Suíça, entre 1902 e 1904, onde convivia com exilados de todos os matizes, socialistas russos, anarquistas e onde aprendeu o francês e o alemão. É na Suíça que ele descobre a importância da cultura alemã, particularmente Nietzsche.

Além disso, essa mitificação conduzida pesou muito sobre a apreciação real do poder de Mussolini nas instituições fascistas. A tal ponto que, durante anos, disseram que o fascismo era o ‘mussolinismo’, sem mencionar os outros pólos do poder com os quais o Duce tinha de pactuar, o partido, a administração ou as forças econômicas e militares.

Enfim, o conhecimento do imaginário é indispensável para a percepção da personalidade estudada na biografia. A escrita de qualquer vida constitui uma empreitada de reconstrução operada pelo protagonista ou por aqueles que o fazem reviver sob a forma de biografias. Mas o trabalho do historiador não consiste em fazer passar para a posteridade todo o dispositivo que foi agenciado para perpetuar o mito do sujeito principal, transformado em herói. É preciso discernir bem os elementos constitutivos desse imaginário, justamente para fazer com que apareça melhor o que diz respeito à personalidade real. Se não, o biógrafo corre o risco de ser absorvido até o ponto de cair na caricatura da mudança de identidade, caso em que o biógrafo torna-se vítima do biografado. O diplomata e historiador Sergio Romano resumiu essa situação em um chiste,

imaginando que talvez daqui a cem anos, num livro consagrado à história da Itália, alguém encontraria, numa nota de rodapé, a seguinte menção: Mussolini (*Benito*) : personagem de Renzo de Felice.¹⁰

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ LEVI-STRAUSS, C. ‘Histoire et Ethnologie’, in *Revue de Métaphysique et de Morale*, 54º ano nº 3-4, 1949. BORDIEU, P. ‘L’illusion biographique’ in *Actes de la Recherche en sciences sociales*, 62-63, 1986.

² DOSSE, F., *le Pari Biographique*, La Découverte, 2005, p. 13.

³ LABORIE, P. ‘Sur la relation entre les Français et la Résistance’, in MARCOT, F., MUSIEDLAK, D. *Les Résistances, miroir des régimes d’oppression, Allemagne, France, Italie*, Presses Universitaires de Franche-Comté, Besançon, 2006, p. 91.

⁴ KERSHAW, I. *Hitler, 1889-1936*, I, Flammarion, Paris, 1999, p. 29.

⁵ DE FELICE R., *Mussolini il Rivoluzionario, (1883 -1920)*, Torino, Einaudi, 1965; *Mussolini il fascista, I, La conquista del potere, 1921-1925*, Torino, Einaudi, 1968 ; II, *Mussolini il fascista, II, L’organizzazione dello stato fascista, 1925-1929*, Torino, Einaudi, 1968; *Mussolini il Duce, I, Gli anni del consenso, 1929-1936*, Einaudi, Torino, 1974 ; *Mussolini il Duce, II, Lo stato totalitario, 1936-1940*, Torino, Einaudi, 1981; *Mussolini l’alleato, I, l’Italia in guerra, 1940-1943, Vol. I, Dalla guerra « breve » alla guerra lunga, Vol II, Crisi e agonia del regime*, Torino, Einaudi, 1990 ; *L’alleato, II, La guerra civile, 1943-1945*, Torino, Einaudi, 1997.

⁶ WEHLE, H. U. *Entsorgung der deutschen Vergangenheit ?Ein polemischer Essay zum ‘Historikertreit’*, Verlag C.H. Beck, München, 1988.

⁷ MUSIEDLAK, D., *Mussolini*, Collection Facettes, Presses de Science Po, 2005.

⁸ CIARLANTINI, F. *Mussolini immaginario*, Milano, Casa Editrice Sonzogno, 1933, p.6

⁹ MILZA, P. *Mussolini*, Fayard, Paris, 1999.

¹⁰ ROMANO, S. *Biografie e Storia del Risorgimento*, Louvain, 1981, p. 95. Cité par Ph. Levillain, “Les Protagonistes de la biographie”, in REMOND, R. (Dir), *Pour une Histoire Politique*, Ed Seuil, Paris, 1988, p. 125.